

MULHERES NA GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES, AMAZÔNIA: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ACESSO À RENDA E RESILIÊNCIA DA PESCA

WOMEN IN THE MANAGEMENT OF FISHERIES RESOURCES IN THE MIDDLE SOLIMÕES REGION, AMAZON: BIODIVERSITY CONSERVATION, ACCESS TO INCOME AND FISHERIES RESILIENCE

Edna Ferreira Alencar ¹
Isabel Soares de Sousa ²

RESUMO

O artigo trata do trabalho das mulheres em projetos de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidos em sistemas de lagos situados nas RDS Mamirauá, Amanã, e em áreas do entorno dessas unidades de conservação localizadas na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. Os projetos são guiados por princípios de cooperação, igualdade de participação e de equidade de gênero no acesso aos recursos pesqueiros e à renda. O objetivo do artigo é analisar as estratégias usadas pelas mulheres para participar das atividades dos projetos que são desenvolvidas ao longo do ano, como condição para que as pescadoras tenham acesso a uma cota de peixes. A organização do trabalho tem como referência o grupo familiar, onde as mulheres participam como membros de equipes mistas, realizando várias atividades que envolvem crianças e jovens, criando oportunidades de acesso a conhecimentos, desenvolvendo habilidades e técnicas necessárias para a realização da pesca do pirarucu. Argumentamos que a inclusão de uma perspectiva de gênero nos projetos não deve ser entendida como uma adequação das mulheres às normas existentes, mas em criar condições para seu empoderamento, e participarem de forma equitativa nas atividades e no acesso aos recursos e à renda. Os dados analisados resultam de pesquisas realizadas entre os anos de 2014 a 2019 com pescadoras que participam de oito projetos de manejo de pirarucus. A coleta de informações foi realizada com uso de métodos mistos, com observação de atividades, participação em reuniões, realização de entrevistas e conversas informais. Foram aplicados questionários com 130 pescadoras para elaborar um levantamento sociodemográfico e obter dados sobre renda e tipos de investimentos. Os resultados da análise apontam que as mulheres desenvolvem estratégias para reverter restrições

¹ Docente Titular da Universidade do Pará (UFPA). Pós-doutora na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3/França, junto ao Centre de Recherche et de Documentation des Amériques (CREDA). Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília. E-mail: ealencar@ufpa.br

² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora no Instituto de desenvolvimento sustentável Mamirauá IDSM. E-mail: isabel@mamiraua.org.br

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

culturais e garantir sua participação nas atividades desenvolvidas ao longo do ano, atuando enquanto membros de um grupo familiar ou de uma equipe de pesca formada por gênero misto, ou apenas por mulheres. A participação nas assembleias – espaços de tomada de decisão sobre o sistema de governança dos projetos – lhes permite incluir normas e critérios que garantam equidade de acesso a recursos e à renda; as mulheres investem a renda na segurança alimentar, compra de material de trabalho, na moradia e realização de um projeto familiar. Sua participação nos projetos dá visibilidade ao seu trabalho na pesca, cria condições para a socialização das novas gerações de pescadores e pescadoras, e contribui para a conservação da biodiversidade e resiliência da pesca.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; gênero; gestão pesqueira; renda; segurança alimentar.

ABSTRACT

The article discusses the work of women in fisheries resource management projects developed in lake systems located in the RDS Mamirauá, Amanã and in areas surrounding these conservation units, located in the Middle Solimões region, state of Amazonas. The projects are guided by principles of cooperation, equal participation and gender equity in access to fisheries resources and income. The objective is to analyze the strategies used by women to participate in the activities of the projects that are developed throughout the year, as a condition for having access to a quota of fish. The organization of the work is based on the family group, where women participate in a mixed team, carrying out various activities that involve children and young people, creating opportunities to access knowledge, develop skills and techniques necessary to fish pirarucu. We argue that the inclusion of a gender perspective in projects should not be understood as a simple adjustment of women to existing norms, but in creating conditions for them to participate equitably in activities, in accessing resources and income. The data analyzed result from research carried out between 2014 and 2019 with fisherwomen who participate in eight pirarucus management projects. In collecting information, mixed methods were used, with observation of activities, participation in meetings, interviews and informal conversations; for quantitative data, questionnaires were applied to 130 fisherwomen to prepare a sociodemographic survey and obtain data on investment income. The results of the analysis show that women develop strategies to reverse cultural restrictions and guarantee their participation in activities developed throughout the year, acting as a member of a family group or of a fishing team formed by mixed gender, or just by women. Participation in assemblies, spaces for decision-making on the management and governance system of projects, allows for the inclusion of criteria that guarantee them equity in access to resources and income, which is invested in food security, purchase of work material, in housing and carry out a family project. Their participation in the projects gives visibility to their work in fishing, creates conditions for the socialization of new generations of fishermen and fisherwomen, the conservation of biodiversity and fishing resilience.

KEYWORDS: Amazon; gender; fisheries management; income; food security.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

INTRODUÇÃO

Pesquisas realizadas em diferentes contextos destacam a importância do trabalho das mulheres no setor pesqueiro artesanal, desenvolvendo atividades que compõem as cadeias de valor da pesca em todo o mundo (MANGUBHAI E LAWLESS, 2021), produzindo alimentos, gerando renda e contribuindo para a redução da pobreza (FAO, 2015). Cerca de 180 milhões de pessoas em todo o mundo trabalham na pesca e na aquicultura (FAO, 2020) e as mulheres representam algo em torno de 47% dos trabalhadores (56 milhões de mulheres). Ou seja, uma parcela significativa da produção pesqueira que chega até o mercado é resultado do esforço das mulheres que encontram nessa atividade um meio para garantir sua subsistência e a segurança alimentar da família.

Contudo, a nível mundial esse trabalho e, a respectiva produção gerada, não aparecem nas estatísticas pesqueiras realizadas em alguns países (ALENCAR *et al*, 2015; ALENCAR e SOUSA, 2017; FAO 2020) pois, alguns destes não informam o volume da produção que elas geram e as condições de acesso ao mercado e a renda. Esses são dois importantes indicadores da situação de injustiça vivenciada pelas pescadoras artesanais e que fazem parte da Meta 1 (erradicar a pobreza) e 2 (erradicar a fome) do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ONU 2018).

Contudo, pesquisas realizadas em vários países apontam que as mulheres desenvolvem várias atividades ligadas à cadeia de produção da pesca artesanal e participam de projetos de gestão e conservação de recursos pesqueiros (ALENCAR e SOUSA, 2014; FAO, 2016; ALENCAR e SOUSA, 2018; HARPER *et al*, 2017; HARPER *et al*, 2020; IUCN, 2019)³. As atividades que desenvolvem geram renda, contribuem para a conservação da biodiversidade e resiliência da pesca⁴. Nesse sentido, o artigo analisa as formas de participação das mulheres em projetos de gestão de recursos

³ Documento da FAO (2016) destaca o envolvimento de mulheres, homens, meninos e meninas na conservação de recursos naturais, como o peixe. As mulheres participam de espaços de tomadas de decisões nas comunidades pesqueiras, onde podem expressar suas percepções e opiniões sobre o nível de participação nas atividades de pesca e tomada de decisões.

⁴ No Brasil a pesca artesanal historicamente sofre mudanças causadas por fatores econômicos, ambientais e políticas públicas que afetam os modos de acesso aos recursos, aos mercados e a renda. Nesse sentido, os projetos de gestão são ações que contribuem para a resiliência da pesca artesanal ao construir alternativas de acesso a recursos e a renda (ver OLSSON *et al*. 2004).

pesqueiros voltados para o manejo de pirarucus (*Arapaima gigas*)⁵, desenvolvidos em sistemas de lagos situados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)⁶, na RDS Amanã (RDSA)⁷ e em áreas do entorno dessas duas unidades de conservação, localizadas na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. O objetivo é compreender os desafios e estratégias elaboradas pelas mulheres para participar das várias atividades desenvolvidas ao longo do ano e, com isso, avaliar a relevância de outras pescas que realizam de modo a garantir acesso a uma renda e sustento de suas famílias.

Os projetos de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidos nas áreas de várzea do médio Solimões são ações coletivas guiadas por viés comunitário e participativo, por princípios como cooperação, participação e igualdade no acesso aos recursos pesqueiros e à renda, e visam alcançar a sustentabilidade⁸ social e ambiental. Os projetos são executados por um coletivo formado por pescadores e pescadoras de diferentes comunidades, formalizado enquanto uma instituição como uma associação de manejadores e manejadoras denominada Acordo de Pesca. Alguns projetos são desenvolvidos em colaboração com entidades de representação da categoria, como as Colônias Z-23 de Alvarães e Z-4 de Tefé. Nesse sentido, o sistema de governança adotado nos projetos prevê a participação de sócios e sócias em todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, nos espaços de tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas, e no diálogo com instituições do estado e dos municípios.

A participação das mulheres nesses projetos é um aspecto relevante porque introduz uma abordagem de gênero com relação à questão da equidade no acesso aos

⁵ O pirarucu é a maior espécie de peixe com escamas que vive em água doce, e pode atingir até três metros de comprimento e pesar acima de 200 kg (VIANNA 1989; QUEIROZ 2000; ARANTES et al. 2010).

⁶ A RDS Mamirauá foi criada pelo governo do estado do Amazonas em 1990, na categoria de Estação Ecológica de Mamirauá; em 1996 teve sua natureza jurídica alterada para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (IDSM 2010). Possui uma área de 1.124.000 hectares, e está localizada a cerca de 600 km de distância da cidade de Manaus, entre as bacias dos rios Solimões e Negro, na região denominada de médio Solimões. O território da RDS se sobrepõe a parte dos territórios dos municípios de Uarini, Maraã, Fonte Boa, Jutá e Japurá (IDSM 2010), e abriga a maior área de várzea inundada do Brasil.

⁷ A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã foi criada em 1998, possui uma área de aproximadamente 2.350.000 hectares, sendo a maior área protegida em floresta tropical da América do Sul. Está situada em terras pertencentes aos municípios de Maraã, Codajás, Coari e Barcelos, todos no estado Amazonas. Seu espaço geográfico é formado por terra firme e várzea.

⁸ Usamos o conceito de sustentabilidade, que diz respeito a “capacidade de um sistema se manter, apesar de uma grande perturbação, como é o caso daquelas causadas por estresse intenso ou uma grande perturbação” [Alisson e Ellis 2001, p.32].

recursos pesqueiros e à renda. Elas desenvolvem várias atividades ao longo do ano, dentre as quais destacamos a vigilância dos lagos em sistema de manejo, que é realizada de forma constante ao longo do ano, a pesca para a captura de pirarucus nos lagos no período do verão, e a pesca de outras espécies – o *peixe miudo* – realizada no inverno ou no verão. Elas desenvolvem essas atividades em parceria com outros membros de seu grupo doméstico – marido, filhos ou filhas –, ou como membro de equipes formadas por pessoas de seu grupo parentesco – pai, irmão, cunhados/cunhadas, etc.

Um aspecto relevante que merece ser destacado é que a participação das mulheres nessas atividades permite a participação de crianças e jovens, e cria oportunidades de partilha intergeracional de conhecimentos e habilidades técnicas que caracterizam os sistemas sócio ecológicos locais que orientam a execução de projetos de gestão de recursos pesqueiros. Nesse sentido, a sustentabilidade desses projetos passa ou depende do envolvimento de crianças e jovens, futuras gerações, nas ações de gestão (NEIS e WILIAN, 1996; NEIS et al., 2013; ZURBA e TRIMBLE, 2014).

Consideramos a participação das mulheres em outras atividades tais como as reuniões e assembléias, e a ocupação espaços políticos e de tomada de decisões, como um aspecto relevante para a efetividade da inclusão de uma abordagem de gênero. Nas assembleias elas podem questionar, propor e defender a inclusão de normas e regras que lhes garantam a participação em todas as atividades, bem como o acesso permanente aos recursos pesqueiros, que ocorre por meio de um sistema de cotas individuais (ALENCAR et al 2015; PALHETTA, 2015; ALENCAR et al 2019). Essa participação é importante para que elas consigam romper com modelos culturais locais de divisão sexual do trabalho na pesca, de forma a poderem atuar enquanto agentes ativos. Isso significa que precisam estar permanentemente atentas para incluir nas pautas das reuniões temas que visem garantir seus direitos de participação, ou fazer com que as normas sejam respeitadas e seu trabalho valorizado.

Pesquisa realizada Mangubhai e Lawless (2021) que avalia as abordagens de gênero em ações de gestão e políticas de desenvolvimento da pesca artesanal na Melanésia, constatou que a mera inclusão de uma abordagem de gênero nas diversas ações, não significa que as organizações de pescadores buscarão realmente atingir as

mulheres, gerar benefícios, criar situações para seu empoderamento e transformação de suas vidas (MANGUBHAI e LAWLESS, 2021, p. 01). As autoras concluem que há uma compreensão pobre do que significa a inclusão de gênero nas ações práticas, e uma associação de 'gênero' com 'mulheres', uma vez que não são criados mecanismos para mudar um cenário de invisibilidade das mulheres na pesca.

Portanto, argumentamos que a inclusão de uma abordagem de gênero nos projetos de gestão que analisamos, não consiste em uma simples adequação das mulheres às normas existentes (COBI, 2020), mas deve ser capaz de contribuir para o empoderamento das pescadoras. Implica em criar condições para sua participação de forma equitativa nos espaços de tomada de decisão e nas atividades em igual condições de acesso aos recursos e à renda, e contribuir para dar visibilidade ao seu trabalho na cadeia de valor da pesca artesanal.

A invisibilidade das mulheres nas atividades de captura e demais atividades da cadeia produtiva da pesca tornou-se uma questão etnográfica e conceitual, que levou a uma revisão da literatura acadêmica que analisa os papéis das mulheres no setor pesqueiro de diferentes países. Identificou-se o uso de certos modelos analíticos para caracterizar os sistemas de organização social do trabalho na pesca em diferentes sociedades pesqueiras, e o uso de forma reducionista do conceito de pesca (ALENCAR, 1991; ALENCAR, 1993; BENNET, 2005; KLEIBERET *al.* 2015; FRANGOUESET *al.* 2019; ALONSO-POBLACIÓN e NIEHOF, 2019). No que se refere aos modelos analíticos, as pesquisas identificaram uma divisão dualista das atividades e dos espaços de atuação de homens e mulheres, que situa as mulheres no espaço da terra e os homens no mar (ALENCAR 1991; ALENCAR, 1993). A partir dessa “metáfora espacial” (ALONSO-POBLACIÓN e NIEHOF, 2019) que estrutura a distinção dos espaços de acordo com a atuação dos gêneros, é possível identificar outras categorias utilizadas para separar, classificar e hierarquizar os agentes e as atividades que ocorrem no espaço da água e na terra, remetendo a homem: pesca: trabalho: renda *versus* mulher: coleta: ajuda: alimento/comida (ALENCAR, 2020).

Segundo Alonso-Población e Niehof (2019) essa “metáfora espacial” tem influenciado projetos desenvolvimentistas e políticas públicas para o setor, e pode ser

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

encontrada em “normas *êmicas*” evidenciadas nos modelos culturalmente estabelecidos que estruturam a divisão sexual do trabalho na pesca (2019, p.250). Os autores argumentam que tanto na perspectiva *ética* quanto na perspectiva *êmica*, essa metáfora está assentada numa dualidade dos espaços de homens e de mulheres, e destacam seu potencial analítico para identificar relações de poder e negação da importância do trabalho das mulheres para o setor pesqueiro. A metáfora contribui, ainda, para fortalecer a “relação ideológica entre pesca e captura de peixes no mar” e, com isso, as mulheres são impedidas de ter acesso aos direitos que lhes cabem enquanto pescadoras (ALONSO-POBLACIÓN e NIEHOF, 2019, p.255).

O segundo fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca é a polissemia do conceito de pescador de forma reducionista para referir apenas às atividades de captura de peixes e outros animais no espaço aquático que são realizadas por homens. Eles passam a simbolizar o principal agente da pesca, o *pescador*,⁹ e a representar a categoria como um todo (ALENCAR, 1993; ALENCAR, 2011; ALENCAR *et al.*, 2015; HARPER *et al.* 2013; IUCN 2019; ERCILLIA e LÓPEZ-SAGÁSTEGUI, 2018; COBI, 2020). Portanto, exclui-se desse conceito as demais atividades que fazem parte da cadeia de produção da pesca desenvolvidas por homens e mulheres, em espaços e temporalidades distintas. Essa “metáfora espacial” e o viés androcêntrico do conceito de pesca encontrados em análises acadêmicas e nas políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro, sustentam a condição de invisibilidade das mulheres e retira a agência de um importante agente da cadeia produtiva da pesca (ALENCAR, 1991; ALENCAR, 1993; MANESCHY *et al.*, 1995; ALENCAR, 2011; ALENCAR e SOUSA, 2014).

Sendo invisíveis para o Estado elas são impedidas de participar dos processos de tomada de decisão e de ter acesso a oportunidades econômicas previstas nas políticas

⁹ Temos, portanto, um problema não apenas de linguagem, como também de recorte de gênero que invisibiliza as mulheres. O termo *pescador* está muito presente em artigos acadêmicos, relatórios de pesquisas, documentos técnicos, é reforçado nas políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro. Sobretudo, está no nome das organizações que representam a categoria tais como Colônias de Pescadores, Sindicatos de Pescadores, Associações de Pescadores, Federação de Pescadores etc.

publicas¹⁰ direcionadas ao setor pesqueiro, com forte impacto nas atividades que realizam na cadeia de valor da pesca, no acesso ao mercado e à renda (WILLIAMS, 2010; ERCILLIA e LÓPEZ-SAGÁSTEGUI, 2018; LENTISCO e ALONSO-POBLACIÓN, 2019; ALENCAR e SOUSA, 2014; ALENCAR *et al*, 2015; HARPER *et al*, 2017; ROHEET *al.*, 2018; IUCN, 2019; MISKET *al*, 2020). Uma mudança nesse paradigma exige que se considere as atividades de pesca enquanto um trabalho coletivo, onde homens e mulheres atuam como uma equipe, com o propósito de realizar um projeto familiar, como propõem Thompson (1985), Silk (1994), Alencar (1991, 1993; 1997).

Para Frangoude *et al.* (2019) é preciso expandir "the view off is her ies to include the entire value chain shifts usa way from assumptions of a male-dominated sphere", ressaltando a importância das pesquisas etnográficas, trazendo saberes localizados (Haraway, 1995), sobre os diferentes modos como as mulheres atuam na pesca, desempenhando diferentes papéis que contribuem para a subsistência de suas famílias, para as comunidades e a pesca em geral (FRAGOUEDES *et al.*, 2019, p. 244).

Nas páginas seguintes descrevemos brevemente a metodologia utilizada para a coleta das informações analisadas neste artigo; destacamos o contexto socioambiental que levou à criação do primeiro projeto de manejo de pirarucus na RDS Mamirauá, cuja experiência foi replicada para a RDS Amanã e outras áreas da Amazônia; mencionamos brevemente como estão organizados os projetos de manejo, as atividades desenvolvidas ao longo do ano, as relações de gênero, a forma de participação das mulheres e as estratégias utilizadas por elas para garantir a equidade no acesso ao recurso e à renda.

Em seguida analisaremos alguns dados do perfil sociodemográfico das pescadoras com ênfase em informações sobre o aprendizado da pesca, as atividades de pesca que desenvolvem ao longo do ano, o destino da produção e formas de investimento da renda. Por último, analisamos os aspectos socioeconômicos dessa atividade e participação das mulheres; a importância dos projetos na geração de renda, segurança alimentar e realização do projeto familiar.

¹⁰ Ressaltando que as políticas públicas devem ser tomadas como um meio e não como um fim em si mesmo, para que as mulheres obtenham acesso a direitos, equidade de acesso aos recursos e à renda, a participação nos processos de tomada de decisão relacionados à governança da pesca.

BREVE DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

As análises aqui apresentadas se baseiam em dados obtidos por meio de pesquisas desenvolvidas ao longo de cinco anos (2014-2019) com oito coletivos que desenvolvem projetos de manejo de pirarucus na região do Médio Solimões visando elaborar o perfil sociodemográfico das pescadoras, compreender o trabalho que elas desenvolvem nos projetos e identificar fatores que limitam sua participação nas atividades (ALENCAR 2014; ALENCAR *et al.*, 2015; ABREU, 2015; MIRANDA, 2015; SILVA, 2016; ALENCAR e SOUSA, 2018; ALENCAR e SOUSA 2019).

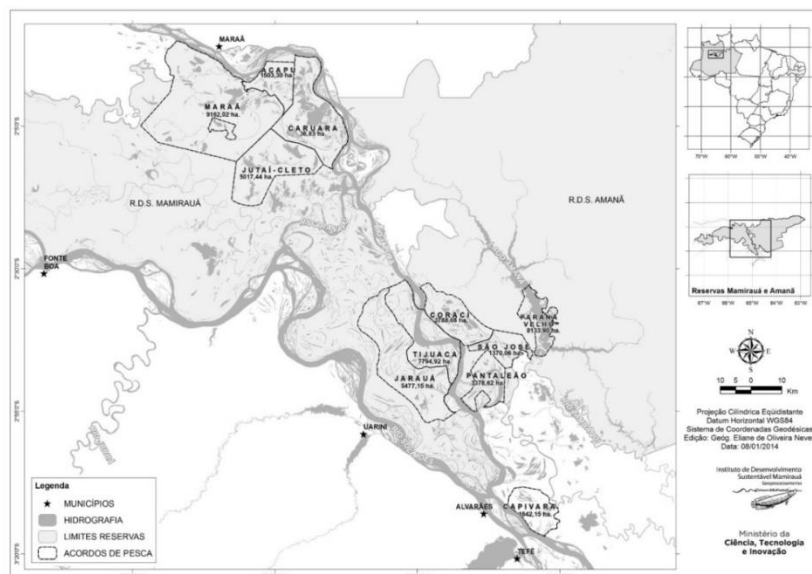
Foram entrevistadas 130 pescadoras participantes de oito projetos de manejo de pirarucus (Acordo de Pesca do Jarauá, AP do Jutai Cleto, AP Seringa/Joacaca, AP do Paraná Velho, AP do Pantaleão, AP do Caruara, AP do Jurupari e AP do Paraná¹¹ do Capivara), desenvolvidos por diferentes coletivos formados por pescadores e pescadoras que residem em comunidades situadas nas RDS Mamirauá, RDS Amanã, em áreas do entorno dessas RDS (Fig. 01) e nas áreas urbanas de Tefé, Alvarães e Maraã (PMP 2020; ALENCAR e SOUSA 2017).

Utilizamos métodos mistos para obtermos dados quantitativos e qualitativos, com a realização de pesquisa de campo que permitiu participar/observar reuniões de avaliação anual dos projetos, de atividades dos grupos de manejo; realizar entrevistas por meio de pesquisa domiciliar, e aplicar questionários para conhecer atividades de pesca, materiais usados; idade que iniciaram na pesca; dados sobre renda e tipos de investimentos realizados. Para essa análise utilizamos apenas dados referentes à atividade de pesca e destino da renda. As informações foram organizadas em um banco de dados, e tabuladas com uso do software Microsoft®Excel para a elaboração de gráficos e tabelas. A pesquisa quantitativa também inclui uso de informações do banco de dados do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá– IDSM – que presta assessoria técnica aos coletivos na execução dos projetos

¹¹ Nas áreas de várzea da Amazônia brasileira utiliza-se o termo *paraná* para se referir a um curso de água que liga um rio a outro, ou a um mesmo rio. Neste caso, o paraná do Capivara situado na área de amortecimento e dentro da RDS Amanã, faz a ligação do rio Solimões ao rio Japurá. Ao longo do percurso ele recebe outras denominações.

de manejo, onde obtivemos informações sobre produção e renda de pescadores e pescadoras que desenvolvem os projetos de manejo.

Figura 1: Mapa das RDS Mamirauá e Amanã com as áreas onde ocorrem os projetos de manejo de pirarucus que são assessorados pelo IDS



Fonte: IDS/PMP (2020)

A PESCA DE PIRARUCUS E OS PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES

Na região amazônica a pesca do pirarucu tem sido uma atividade relevante desde o período pré-colonial (VERÍSSIMO, 1985; MONTEIRO, 2010), e se concentrou principalmente nas áreas de várzea. Ao longo do século XX a exploração desse recurso sustentou a indústria da borracha e abasteceu os mercados locais e regionais, sendo realizada mais intensamente no período do verão, momento em que o nível das águas dos rios recua, deixando as terras de várzea descobertas, e isolando pequenos lagos que no inverno, no período da cheia, se conectam por um emaranhado de pequenos canais, furos e paranás aos lagos maiores. Os lagos servem como abrigo e local para a reprodução de várias espécies, dentre elas o pirarucu (QUEIROZ, 1999).

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

Na região do médio Solimões a pesca intensiva do pirarucu, cuja carne era vendida na forma de mantas salgadas e à semelhança do bacalhau, para mercado regional e de outras regiões, fez com que os estoques atingissem um ponto crítico a partir dos anos 1970. Assim, no final da década de 1980 o governo do Estado do Amazonas, juntamente com o IBAMA-AM, elaborou normas visando o ordenamento da pesca do pirarucu¹². Em 1991 um novo decreto foi instituído visando proteger o período reprodutivo dessa espécie, proibindo totalmente a pesca entre o dia 1º de dezembro ao dia 31 de maio [Portaria IBAMA N° 480, de 04/04/1991]¹³. Em 1996 o IBAMA elaborou mais um decreto, dessa vez proibindo a pesca comercial e o transporte desta espécie por um período de cinco anos, e incluiu na categoria de espécies ameaçadas de extinção (VIANNA, 1998; QUEIROZ e SARDINHA 1999; QUEIROZ 2000; ARANTES *et al.* 2010; AMARAL *et al.* 2011).

As ações pretendiam promover a gestão da pesca do pirarucu na bacia Amazônica, e culminaram na suspensão total de sua captura, assim como de outras espécies que tiveram restrição da captura em fase reprodutiva, o *defeso*. Contudo, não foi realizada uma avaliação dos impactos dessas medidas para os pescadores artesanais das regiões ribeirinhas. A suspensão da pesca dessas espécies afetou os meios de reprodução familiar, levando muitos pescadores a buscarem outras fontes de renda para além da pesca (Alencar 2012; Alencar e Sousa 2018), muitas vezes migrando para núcleos urbanos em busca de emprego.

Com a criação da RSD Mamirauá no início dos anos 1990, várias ações de gestão dos territórios e recursos pesqueiros contribuíram para aumentar a capacidade reprodutiva dessa espécie que voltou a povoar os lagos de várzea. Informações geradas por estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto Mamirauá subsidiaram uma proposta de flexibilização da pesca de pirarucu para comercialização, com o objetivo de promover um sistema de gestão da pesca dessa espécie combinando conhecimentos tradicionais dos pescadores com conhecimentos científicos (VIANNA, 1998; QUEIROZ, 2000;

¹² Portaria [IBAMA N° 1534/89, de 20/12/89] que estabeleceu o tamanho mínimo para a captura do pirarucu em 150 cm de comprimento total (AMARAL *et al.* 2011).

¹³ A Portaria 480/91-IBAMA proíbe a pesca do pirarucu na bacia Amazônica brasileira de 01/dezembro a 31/ maio, momento em que esta espécie entra em fase reprodutiva. Este é o período conhecido como de “defeso” do pirarucu.

CASTELLO, 2004; PERALTA, 2012). A partir dessa proposta o IBAMA elaborou Instruções Normativas (IN) estabelecendo normas para a exploração comercial dessa espécie exigindo a elaboração de um plano de manejo que atenda as normas das Portarias e das IN emitidas, e as várias regras previstas na legislação ambiental a nível estadual e federal (VIANNA, 2007; AMARAL et al. 2011).

O primeiro projeto de manejo foi implementado em 1999 na RDS Mamirauá, sob a coordenação de um coletivo formado por pescadores que residiam em comunidades situadas nessa RDS – São Raimundo do Jarauá, Nova Colômbia, e fora dela – Novo Pirapucu e Manacabi (Vianna 1998; Amaral et. al 2011; Queiroz e Sardinha 1999; Abreu 2015), então contava com a participação de mulheres (ABREU, 2015).

Até 2020 haviam 12 projetos de manejo sendo desenvolvidos nas RDS Mamiraua e Amanã e em áreas do entorno dessas unidades de conservação adotando um sistema de governança com viés comunitário e participativo¹⁴, buscando romper com modelos hierárquicos de governança ao envolverem nos processos de tomada de decisão diferentes agentes do governo do Estado do Amazonas – IPAAM, SEMA, DMUC –, do governo federal, como o IBAMA, organizações dos pescadores a nível das comunidades, agentes das prefeituras dos municípios cujo território foi afetado pela criação da RDS Mamirauá, onde estão situados os sistemas de lagos em que são realizadas as atividades de manejo dos pesquisadores e técnicos do IDSM.

Anualmente, com base em relatório das atividades dos projetos, relatório esse elaborado pela equipe técnica do Instituto Mamirauá, o IBAMA-AM avalia a capacidade dos projetos em garantir a sustentabilidade da pesca de pirarucu em sistema de manejo coletivo de lagos de várzea. Um dos mecanismos de avaliação é monitorar a capacidade de renovação dos estoques nos lagos manejados. Para isso foi instituído um sistema de contagens dos animais nos lagos manejados, que serve de parâmetro para definir o número de peixes (cota) que manejadores e manejadoras podem capturar (PMP, 2020)¹⁵.

¹⁴ Os projetos são assessorados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) por meio do Programa de Manejo de Pesca (PMP), que tem incentivado os grupos de manejadores e manejadoras a promover a equidade de gênero no acesso aos recursos e na repartição dos ganhos.

¹⁵ Esta avaliação é feita pelos técnicos do Instituto Mamirauá que presta assessoria técnica aos coletivos. A cota corresponde a apenas 30% dos pirarucus adultos contados nos lagos, conforme Instrução Normativa

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

Outro fator que pesa na definição da cota de peixes que o IBAMA-AM autoriza para captura, diz respeito à avaliação do desempenho dos grupos ao longo do ano de sua capacidade de organização para desenvolver as atividades e alcançar as metas estabelecidas. Trata-se de avaliar a capacidade do sistema de gestão em garantir a sustentabilidade da pesca.

Para assegurar a equidade no acesso aos recursos pesqueiros e à renda, o coletivo elabora um conjunto de normas e critérios de participação que constam em um Regimento Interno (RI) que prevê a perda de peixes caso sejam estas infringidas. O cálculo das cotas individuais se baseia na participação de cada pescador e pescadora nas várias atividades realizadas ao longo do ano¹⁶.

O TRABALHO DAS MULHERES NA PESCA MANEJADA

A estrutura de funcionamento dos projetos de manejo prevê a realização de várias atividades ao longo do ano, definindo os ambientes que serão manejados, os critérios de inclusão, exclusão e de participação de seus membros, as normas e regras para participar das atividades, assim como as punições para infrações; o sistema de governança e composição de uma diretoria ou coordenação, sobretudo, define critérios de acesso a cotas de peixes. As normas e regras são propostas, avaliadas e confirmadas por todos em assembleias, e formalizadas no Regimento Interno (RI). Cada atividade corresponde a um peso ou porcentagem da cota em relação ao todo. Geralmente, atividades como a vigilância dos ambientes e a pesca tendem a ter peso maior, em função das dificuldades e desafios que elas envolvem, sempre avaliadas à partir da categoria risco. Juntas, essas duas atividades podem corresponder a 60% ou 70% da cota total a que cada pessoa tem

Nº 34-2004/IBAMA. Os outros 70% dos adultos servem para reprodução e manutenção da espécie. (AMARAL, *et tal*, 2011).

¹⁶ São elas: a participação nas assembleias do Acordo; realizar a vigilância dos ambientes; fazer a contagem dos animais nos lagos, para estimar a cota; realizar a pesca da cota autorizada pelo IBAMA; fazer o monitoramento (pesagem, medição, colocação do lacre nos peixes) e evisceração; a comercialização, e avaliação das atividades realizadas ao longo do ano.

direito. É justamente nessas atividades que as mulheres encontram maior resistência e desafios à participação.

Considerando-se que as relações de gênero tecidas no contexto familiar e das comunidades são expressões de relações de poder (WILLIAMS, 2008), onde os homens tendem a tomar decisões que limitam as ações das mulheres, os critérios e normas de acesso às cotas de peixes previstas no RI, não necessariamente podem ser interpretados como sinônimo de equidade de gênero. Ou seja, as mulheres estão sujeitas a normas fundadas em ideologias patriarcais que as impedem de realizar certas atividades, como a vigilância dos ambientes ou até mesmo a pesca (ALENCAR e SOUSA 2014; ABREU 2015), e precisam desenvolver várias estratégias para participar dessas duas atividades, e romper tais barreiras de gênero. Esse fato revela um equívoco quanto ao significado da inclusão de uma abordagem de gênero em projetos de gestão da pesca (MANGUBHAI e LAWLESS, 2021), e aponta para a necessidade de se criar mecanismos, para se avaliar como são introduzidas as mudanças a partir da inclusão de uma perspectiva da gênero nos projetos de manejo, e o impacto sobre o trabalho das mulheres (BRUGUERE, 2014).

Nesse sentido, os dados apontam que para a necessidade de se contornar tais impedimentos e participar de todas as atividades previstas na estrutura de funcionamento dos projetos, principalmente daquelas que podem ser objeto de censura por parte de seus parceiros/maridos como a vigilância dos lagos, que podem durar até 15 dias. As mulheres desenvolvem algumas estratégias, como participar de equipes mistas formadas por membros de seu grupo doméstico ou de sua família extensa, para desenvolver atividades. O trabalho em equipes mistas também permite que levem seus filhos e as mulheres se revezem nos cuidados e na vigilância. Para participar da pesca que ocorre no verão elas também atuam como membro do grupo familiar, desenvolvendo diversas atividades que incluem a logística dos acampamentos e a captura dos animais nos lagos, conforme destacaremos à diante. Portanto, é a partir dessas estratégias que elas conseguem realizar as atividades previstas no RI, e ter acesso a uma boa cota de peixes.

A PESCA NOS LAGOS

A temporada da pesca de pirarucus realizada nos lagos manejados que ocorre no verão, chamada de *tempo do manejo* (ALENCAR e SOUSA, 2018), é uma das atividades mais importantes e ansiosamente aguardadas por todos, cuja forma de organização dos trabalhos e distribuição de tarefas deixa evidente a atuação do grupo familiar enquanto uma instituição e uma unidade de produção e consumo. As mulheres são as principais responsáveis pela logística dos acampamentos, a qual dará suporte às atividades relacionadas à captura dos peixes nos lagos, e que pode durar várias semanas. Elas ajudam da montagem e limpeza dos acampamentos feitos em terra, ou da limpeza dos barcos que servem de abrigo para a família; realizam a pesca para alimentação diária, juntamente com as crianças maiores – meninos e meninas; coletam água da chuva, preparam os alimentos, lavam as roupas de todos os membros da família, e outras atividades que estão associadas ao gênero feminino como cuidar de filhos pequenos. As demais atividades que ocorrem nos lagos ou em outros espaços, depende da existência desta logística.

Elas trabalham na captura do peixe atuando como membro de uma equipe de pesca formada por pessoas do seu grupo familiar, na companhia dos maridos, pais ou filhos. Ao longo do dia elas trabalham soltando ou recolhendo as pesadas redes para fazer o lanço do peixe; a retirada o peixe das malhas; ou pescam com arpão os peixes presos no lanço, passando várias horas em pé na proa da canoa com a hástia em punho aguardando o momento de arpoar um peixe. Nos intervalos elas preparam refeições e merendas – café, sucos ou refrigerantes –, nas grandes canoas que a família utiliza para apoiar as atividades nos lagos. Elas também atuam no transporte dos peixes até a base de logística onde os animais serão medidos, pesados, eviscerados e depois entregues para serem colocados no gelo. Algumas mulheres trabalham na recepção do pescado fazendo o monitoramento – pesar, medir, registrar informações sobre sexo, local de captura, material utilizado, por exemplo. Esse trabalho pode durar o dia todo e às vezes até tarde da noite, porque a pesca ocorre durante o dia e às vezes à noite. Algumas mulheres encontram resistência de seus maridos para realizar essa atividade, embora recebam cota extra de peixe, porque exige que eles participem de cursos de capacitação e por não ter um horário certo para finalizar.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

... O serviço dela é ajudar na comida, mas na hora de pegar o peixe no lago elas participam. Porque elas vão ajudar nós a pegar o peixe para fazer a comida. Ai elas já estão ganhando a parte delas. E aí se, por acaso, porque elas não querem ficar na beira, querem é tá na canoa grande, ai pula na popa da canoa e vamos sacar [tirar o peixe da malhadeira]. Ai elas já estão ajudando de novo. É assim [...] Elas vão fazer a comida e depois já vai *ajudar* nós... Vão fazer a comida a gente come, e quando estão *desocupadas* fica todo mundo junto pescando de novo [...] (Blandino, pescador de S. Francisco. Entrevista realizada em fevereiro de 2015).

Gráfico 1: Atividades dos projetos de manejo que as pescadoras realizam ao longo do ano



Fonte: Alencar e Sousa (2019) (Relatório Técnico)

Para conciliar os trabalhos na pesca com as demandas de cuidar da família, elas articulam uma rede de solidariedade envolvendo mulheres de seu grupo familiar para fazer a troca de alimentos, repartindo o peixe que será consumido cotidianamente; fazendo o revezamento no cuidado dos acampamentos e das crianças pequenas quando não podem ficar o dia todo nos lagos fazendo a pesca.

De acordo com P. Thompson (1985) a divisão sexual do trabalho em comunidades pesqueiras e o caráter do trabalho que as mulheres desenvolvem nem sempre reflete de maneira positiva sua posição social no contexto das comunidades. A imagem que foi construída dos homens como principais agentes dessa atividade depende grandemente do trabalho que as mulheres realizam em terra, pois quando estes se ausentam são elas que assumem a responsabilidade pelo sustento da família. Esse fator poderia ser entendido

como sendo uma evidência de que elas possuem um certo poder nas comunidades (THOMPSON 1985, p. 03).

Algumas mulheres que possuem filhos pequenos encontram resistência dos maridos que não concordam com sua participação nas atividades que ocorrem nos lagos, por considerarem que a pesca *é muito sofrida*¹⁷ para as mulheres. Em alguns projetos que não foram objeto de nossas pesquisas, os homens decidiram que as mesmas não devem participar porque se trata de “um trabalho sofrido”, que “judia muito das mulheres”. Contrariando essa visão masculina, as mulheres entrevistadas questionam tal decisão e afirmam que elas gostariam de poder participar das pescarias, e procuram desenvolver estratégias para ter uma participação mais efetiva na pesca manejada e garantir uma boa cota de peixe e melhorar a renda (ALENCAR *et. al*, 2014; ABREU, 2015; PALHETTA, 2016; ALENCAR, 2020).

Algumas mulheres que possuem filhos pequenos e têm apoio dos maridos, conseguem participar de todas as atividades juntamente com eles, e às vezes passam várias semanas acompanhando seus maridos nas pescarias nos lagos. Elas criticam aqueles homens que não deixam suas mulheres participar dessa pesca, mas recorrem à ajuda de outras mulheres de seu grupo de parentela para ter roupas lavadas e a comida pronta. Elas entendem que ao proteger suas esposas, eles estão *se aproveitando* do trabalho das outras mulheres.

Olha, é assim, tem homem que sempre é preconceituoso com a mulher, e diz: “Que que vai fazer [no lago]?”, que ela não *garante*. Mas tem uns que diz assim: “Essa mulher sabe mais pescar do que um homem”, e sempre eles ajuda a mulher. Mas tem uns que quer derrubar as mulher. Muitas vezes, na reunião, ainda aparece um desses. Só que as mulheres não se calam um só minuto. Quando estão na reunião falam mais do que os homens. No dia que a senhora tiver um tempo de participar de uma Assembleia aqui, a senhora vai ver como as mulheres falam mais do que os homens. (Nora, pescadora de São Francisco. Entrevista realizada em fevereiro de 2015).

¹⁷A pesca é caracterizada em outros contextos como sendo associada a riscos e sofrimento devido às condições de trabalho que implicam em exposição prolongada ao sol forte, à chuva, com intenso esforço remar canoas pesadas cheias de peixes, retirar peixes das redes, etc. Nessa região de várzea o esforço aumenta quando pescadores e pescadoras precisam fazer o transporte de peixes ou de canoas de um lago para outro, por trilhas estreitas, encharcadas, e de difícil acesso. Tais condições ambientais são usadas como justificativa para afastar as mulheres desse tipo de pesca.

O argumento utilizado por alguns homens para impedir a participação de suas esposas da pesca nos lagos por considerar um *trabalho difícil*, pode ser entendido como uma norma de gênero que visa estabelecer limitações à participação das mulheres na pesca (MANYUNGWA-PASANI e HARA, 2019), e reforça uma percepção de que o lago é um ambiente inseguro tanto do ponto de vista da exposição a assédios por outros homens, quanto dos riscos que envolvem essa pesca e, portanto, um local inadequado às mulheres.

Essa visão reforça uma metáfora espacial e de gênero que estabelece os lugares de homens e mulheres na vida social, especialmente quando se refere ao desempenho de atividades em que as mulheres atuam enquanto individualidade e não como membro de um grupo familiar. Ou seja, a presença das mulheres nesses projetos é situada em um contexto específico, onde sua subjetividade e autonomia deve ser controlada, cabendo aos maridos o papel de zelar pelo bom comportamento dessas mulheres. Contudo, à medida em que elas se sentem empoderadas passam a ocupar papéis relevantes no contexto dos projetos, na coordenação dos Acordos de Pesca, e de suas comunidades.

Porque quando começamos a gente foi muito criticada, nós éramos três mulheres ne. E as pessoas falavam muito porque a gente andava no meio dos homens ne. Era muito criticada nessa parte, e as mulheres não pescavam, e ficava mais coisa pra homem ne. E com o tempo elas foram participando e vendo que não era toda aquela coisa que as pessoas pensam ne. Eu acho que descobriram até no marido delas mesmo, que eles respeitam as outras mulheres. E hoje em dia é difícil não ter uma mulher que não participe, elas estão ali. (Sra. Val, A.P do Capivara, outubro de 2018).

Se a interdição e a recriminação à presença das mulheres em um espaço considerado pelos valores culturais e normas locais como sendo masculino, visa afastá-las da pesca, sua presença e os direitos de acesso aos recursos estão validadas no principal documento que contém as normas e regras que regem o funcionamento dos projetos, o Regimento Interno. No âmbito individual, elas desenvolvem estratégias para neutralizar as restrições dos maridos/companheiros e apaziguar os temores de mulheres e homens quanto à sua conduta, ao se engajar nas equipes formadas apenas por mulheres ou com pessoas do seu grupo doméstico, para realizar diferentes atividades. Aos poucos elas

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

passam a ser referência para outras mulheres que se envolvem nas atividades dos projetos, e começam a perceber outras possibilidades de trabalho e de existência nesse universo da pesca.

TIPO DE PESCAS FORA DOS PROJETOS E DESTINO DA PRODUÇÃO

Em algumas áreas onde são desenvolvidos os projetos as mulheres realizam atividades de pesca ao longo do ano, em ambientes distintos – lago e rio -, usando diversos tipos de materiais, como ocorre na região do Aranapu onde é desenvolvido o projeto Acordo de Pesca do Jutai-Cleto, na região do paraná do Capivara onde é desenvolvido o projeto Acordo de Pesca do Parana do Jacaré/Capivara. Essa pesca é realizada no período do inverno e no verão. Parte da produção visa suprir as necessidades de consumo da família, a outra parte é destinada a venda, que é realizada para compradores na própria comunidade.

Durante o ano a pesca que a gente faz é pacu, que é na frente da comunidade, na tramalha. Pesca também pirapitinga, e vou com meu marido pra enseada pescar. Ai esse produto ai que a gente pesca - pirapitinga, pacu, a matrinchã - é pra levar pra cidade, pra vender. Esses peixes dá muito e eu gosto de pescar com ele. Eu gosto de pescar quando a malhadeira fica logo cheia, mas quando não tá dando nada, meu Deus do céu...! (Sra. D. Aranapu 2015).

Muitas vezes a gente só pensa que a pescaria da mulher é só quando a gente fala de manejo de pesca, mas é porque as pessoas só visam à pesca do pirarucu [...] Hoje o que faz a gente dividir essa parte da mulher não ser valorizada pelo homem, é porque ele só pensa na pesca do pirarucu, não pensa que ela pesca outros peixes, né, bem fácil. Ela coloca a malhadeira e pega pacu, curimatã e pega outros peixes, e a gente não contabiliza isso, e que ela é profissional naquilo lá. Só contabiliza se for o pirarucu, pra nós assim, já se criamos ai, pra lá a mulher tem que ser pescadora de matar o pirarucu, mas não é. Ela pescando qualquer tipo de espécie de peixe ela é pescadora. Muitas vezes o peixe é vendável, né. (Sr. E., Aranapu, 2015)

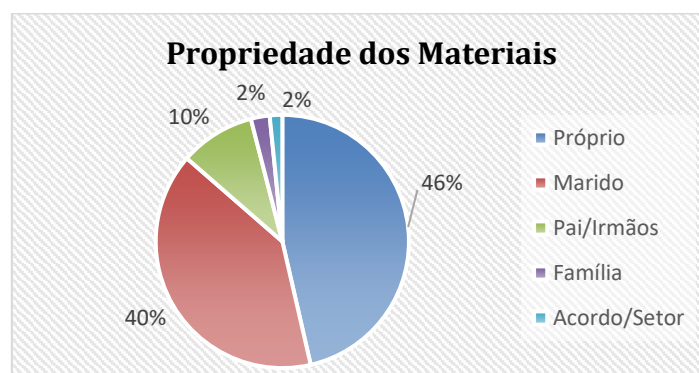
As pescas ocorrem em áreas situadas próximas de suas casas, em diversos horários entre o dia ou a noite, dependendo da espécie que é objeto da captura. A produção pode ter dois destinos: para venda e para consumo. A maioria das pescas realizadas ao longo

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

do ano pelas mulheres visa suprir demandas de consumo de proteína da família; enquanto a pesca realizada pelos homens visa principalmente a venda, ao abastecimento dos mercados locais e regionais. Nesse sentido, 60% das mulheres entrevistadas afirmaram que a produção se destina ao consumo e à venda; 24 % pesca apenas para consumo familiar e 16% pesca exclusivamente para a venda. Cerca de 50% das mulheres são responsáveis pela venda da produção, enquanto 45% informaram que a venda é realizada por homens de seu grupo familiar – marido, filho, pai, irmão.

A autonomia em termos de condições de trabalho permite que as mulheres aumentem sua produtividade e não dependam da disponibilidade de materiais do marido ou de terceiros. Essa autonomia inclui a decisão sobre os locais para realizar as pescarias e as horas mais adequadas. Realizar a pesca sem ter uma canoa, e sem poder tomar decisões é visto de forma negativa, pois interfere na produtividade. Assim, 46% das pescadoras possuem seu próprio material de trabalho, especialmente malhadeiras; 40% utilizam materiais dos maridos, e 10% usa materiais do pai ou irmãos.

Gráfico 02: Propriedade dos materiais de pesca



Fonte: Alencar e Sousa (2019) (Relatório Técnico)

A produção resultante desta pesca realizada pelas mulheres ao longo do ano ainda não é contabilizada, ou seja, não sabemos quanto produzem e a renda gerada, assim como não é valorizada pelos moradores das comunidades. Como destacado no início deste artigo, essa produção tem sido subestimada, mas em algumas regiões ou países pode ser mais importante do que a pesca realizada pelos homens considerando-se que elas ocorrem com maior regularidade (HARPER et al 2013; et al 2017).

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

ACESSO À RENDA E REALIZAÇÃO DO PROJETO FAMILIAR: TIPOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELAS MULHERES COM RENDA DA PESCA MANEJADA DE PIRARUCUS

O trabalho das mulheres na pesca contribui para a redução da pobreza, a segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias (FAO, 2015; FAO, 2016). Nesse sentido, a utilização de um recorte de gênero na análise do processo produtivo da pesca é um passo importante para compreender as questões de poder que permeiam as relações entre os gêneros na pesca¹⁸, e compreender os desafios que elas enfrentam para atuar em um sistema de produção marcado por relações de poder que condicionam seu lugar na pesca (WILLIAMS, 2008) tendendo à invisibilizá-las.

O envolvimento das mulheres na pesca manejada tem permitido às mulheres o acesso a uma renda que elas podem controlar, e cria condições para que tomem decisões sobre os tipos de investimentos que precisam fazer. A pesquisa apontou que as mulheres investem uma parte significativa da renda da pesca, tanto a pesca manejada como a pesca cotidiana, para garantir o acesso de sua família a alimentos. Dessa forma, com seu trabalho elas melhoram os resultados nutricionais de seus filhos e delas próprias (GIBSON *et al*, 2020, p. 19), sendo um dos indicadores de qualidade de vida que deve ser considerado quando se avalia a situação de justiça na pesca artesanal (JENTOFT, 2020).

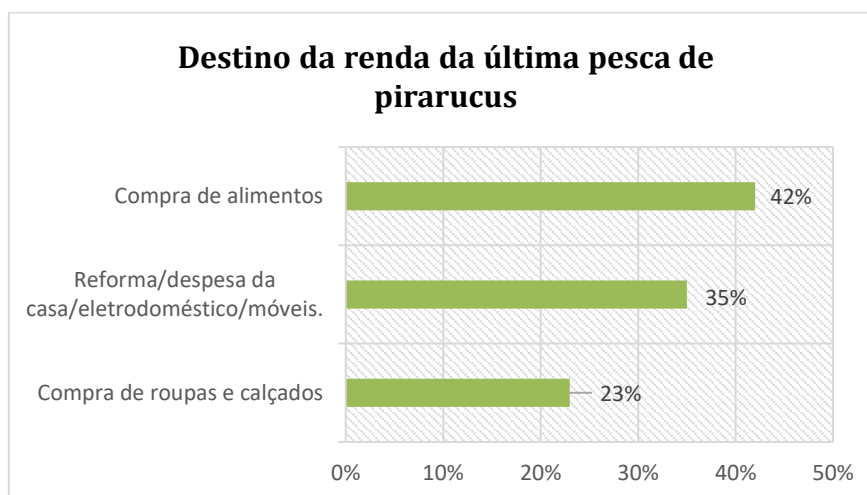
Assim como identificado por Manyungwa (2019) nossas pesquisas evidenciaram a relevância do papel que as pescadoras desempenham na cadeia de valor da pesca artesanal na região do Médio Solimões. Seu engajamento nos projetos de manejo de pirarucus e na pesca sazonal de outras espécies que ocorre ao longo do ano, aumenta sua capacidade de gerar renda e apresenta resultados positivos em relação ao acesso a alimentos, bens de consumo e materiais de trabalho que contribuem para garantir a

¹⁸ Para Di Ciomo (2007): “a introdução da variável “gênero” adiciona uma outra dimensão à análise dos ambientes naturais, em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades. Relações de poder que estão sujeitas a mudança. Dentro da dimensão de gênero pode haver complementaridade e negociação, e a possibilidade de negociação contém importantes implicações para o planejamento e o co-manejo, porque coloca os planejadores e as comunidades em um nível no qual é possível promover maior equidade na distribuição dos benefícios e direitos” (2007, p. 153)

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

segurança alimentar de suas famílias e melhoria na qualidade de vida. Resta saber de que maneira as mulheres que não desenvolvem essas atividades estão garantindo o sustento e a segurança alimentar de suas famílias.

Gráfico 3: Destino da renda da pesca manejada



Fonte: Alencar e Sousa 2019 (Relatório Técnico)

A percepção de manejadores e manejadoras sobre a importância da pesca manejada é que se trata de um tipo de “poupança” que as famílias somente podem ter acesso no final do ano, após a temporada de pesca e feita a comercialização. Esse é um fato relevante porque lhes permite elaborar um planejamento dos investimentos que pretendem realizar com essa renda. Eventualmente, em situações de dificuldades financeiras essa “poupança” lhes possibilita o acesso antecipado ao crédito, atualizando assim o sistema do patronato.

Porque esse manejo foi uma coisa muito boa que aconteceu pra nós ribeirinhos. Antes a gente não tinha essa renda todos os anos. E agora, graças a Deus, com toda dificuldade, mas a gente tem essa renda. Foi muito bom. Muito bom mesmo. A gente tem como comprar os objetos da gente que antes a gente não tinha uma televisão, não tinha certas coisas que a gente tem hoje de objeto pra dentro de casa. Tudo que as pessoas têm hoje em dia na cidade a gente já tem no interior (Sra. L. comunidade S. F do Boia, 2015).

A pesquisa apontou que o acesso a uma renda regular, além de garantir a compra de alimentos não produzidos nas comunidades, cria condições para que a família realize projetos que vêm amadurecendo há vários anos tais como o acesso a bens materiais como eletrodomésticos e mobília para suas casas; a compra de materiais de trabalho como canoa e redes de pesca; compra de gerador de eletricidade, reforma das casas que já possuem, dentre outros. Ou seja, ao analisarmos os tipos de investimentos que são realizados pelas mulheres com a renda da pesca manejada, observa-se que esta atende a demandas específicas de consumo que a pesca cotidiana não permite. A renda é investida principalmente na compra de alimentos, vestuários e equipamentos domésticos que são importantes para garantir a segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

Considerando que nas comunidades muitos jovens cursam somente até o ensino fundamental, para algumas famílias a prioridade agora é investir na aquisição de uma casa na cidade para que os filhos e filhas possam dar continuidade aos estudos. Nesse sentido, algumas manejadoras expressaram um projeto familiar que aponta para uma ruptura com a vida na área rural quando afirmam que a pesca é um serviço *sofrido*, com uma renda incerta, e que não querem que seus filhos e filhas sigam a mesma profissão, muito embora saibam que não há garantias de que consigam emprego formal na cidade.

... É porque a gente fica mais aqui do que pra lá [cidade]. Mas a gente não vai ficar aqui para o resto da vida, a gente quer fazer uma casa boa para os nossos filhos, para os filhos da gente, quando crescerem tiver mais uma coisa boa. Porque a gente já nascemos e se criamos nesses interior, mas o filhos da gente... eu penso assim pra eles.

Contrariando essas expectativas e planos de seus pais, entrevistas realizadas com manejadoras que participam de dois projetos de manejo, revelaram que alguns jovens têm optado por continuar residindo nas comunidades e participar dos projetos de gestão, adquirindo com seus pais conhecimentos importantes sobre os sistemas socioecológico local, e também aprendendo aspectos relacionados à parte mais burocrática de funcionamento dos projetos, ao participar das reuniões e das tomadas de decisões.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

Por outro lado, o trabalho nos projetos de manejo tornou-se também um forte atrativo e alternativa de renda para jovens que se deslocaram para a cidade com o objetivo de continuar os estudos, mas que permanecem vinculados aos projetos participando de atividades que são importantes para obter uma boa cota de peixe, como a vigilância e a pesca que ocorre no verão. Diante dessa nova realidade, alguns projetos têm procurado adequar as normas e critérios de participação para incluir pessoas que não podem estar presentes em todas as atividades, como é o caso de jovens que estão estudando na cidade, e das mulheres que estão no período final de gestação ou em fase de resguardo.

Constatamos assim que os projetos de gestão podem ser compreendidos como situações sociais que favorecem as interações intergeracional, permitindo o empoderando de uma nova geração para assumir as atividades de coordenação dos projetos, que atualmente são conduzidas por seus pais e mães. Essa situação contribui para promover a resiliência da pesca artesanal ao envolver pescadores e pescadoras em ações de gestão e governança da pesca, visando a conservação de recursos pesqueiros. Por esse motivo, é importante que sejam realizados estudos que incorporem não apenas uma abordagem de gênero, mas também se considerar a relevância desses projetos como alternativa de trabalho e renda para os jovens, contribuindo para a resiliência da pesca artesanal e continuidade das ações de gestão dos recursos pesqueiros.

Nesse sentido, os projetos permitem a continuidade de uma tradição de pesca com uso de tecnologias seletivas, de baixo impacto, como o arpão; além de mobilizar outros agentes que, de forma direta ou indireta, estão sendo beneficiados. Ao mesmo tempo, a presença de todos esses agentes participando de tomadas de decisões sobre a pesca pode contribuir para enriquecer o processo de formulação de políticas públicas, que sejam favoráveis tanto à conservação da biodiversidade quanto à melhoria da qualidade das famílias de pescadores que desenvolvem esses projetos.

CONCLUSÃO

Nesse artigo analisamos a forma de participação das mulheres em oito projetos de gestão de recursos pesqueiros, tendo como espécie alvo o pirarucu. Trata-se de uma

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

espécie que foi intensamente explorada e teve sua pesca suspensa a partir dos anos 1980. O objetivo é compreender a capacidade percebida e real de inclusão de gênero nesses projetos, bem como as principais barreiras que elas enfrentam para que ocorra de fato a inclusão de uma abordagem de gênero.

Os resultados apontaram que as mulheres ocupam espaços sociopolíticos e econômicos importantes ao participar da tomada de decisões sobre a organização e execução dos projetos, participando da elaboração de regras e normas que visam garantir a igualdade e equidade de acesso aos recursos e à renda. Destacamos que restrições referentes à participação das mulheres em atividades como vigilância/proteção dos lagos em sistema de manejo e da pesca que ocorre nos lagos no verão, fez com elas desenvolvessem estratégias de modo a serem incluídas nessas atividades, dentre ela atuação em equipes de pesca de caráter familiar, ou com seu grupo familiar. Essa participação favorece a presença de jovens e crianças que têm acesso a conhecimentos e possibilidades de desenvolver habilidades técnicas relacionadas aos sistemas socioecológicos locais que são acionados nesse tipo de pesca.

A inserção das mulheres nos projetos de manejo envolve uma longa e, por vezes, tensa negociação com seus parceiros e demais membros dos grupos de manejadores. Da mesma forma, a busca por equidade de gênero tem sido estimulada pela tomada de consciência e empoderamento das mulheres quanto à importância de seu trabalho ser reconhecido na forma de uma renda em condições de igualdades com os homens. Os dados apontam que essa renda é investida em quase sua totalidade no bem-estar da família e, em algumas situações, se pode mesmo investir na compra de equipamentos de trabalho, utensílios domésticos, em canoas e motor de popa, por exemplo. São investimentos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da família como um todo.

Portanto, o trabalho das mulheres nesses projetos contribui para a construção de um sistema de gestão da pesca com ênfase numa abordagem de gênero que pressupõe o empoderamento das mulheres, a equidade de participação nas tomadas de decisão, de acesso a recursos e a renda. Além disso, contribui para a introduzir uma reflexão sobre a importância de uma análise de gênero no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais,

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

para reforçar a necessidade de políticas de desenvolvimento social e ambiental que utilizem uma análise de gênero.

Portanto, os dados aqui apresentados fornecem elementos que podem contribuir para repensar as políticas públicas para o setor da pesca artesanal, ao destacar a relevância do trabalho das mulheres nas ações de conservação da biodiversidade e na produção de alimentos. Esses dados podem subsidiar agentes do Estado e demais instituições ligadas ao setor da pesca artesanal que realizem ações de gestão de recursos pesqueiros e promovam esses modelos de gestão da pesca de forma responsável e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABREU, Adriana. G. **As relações de gênero no contexto da pesca manejada de pirarucu da comunidade São Raimundo do Jarauá, RDS Mamirauá, AM.** Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais. UFPA, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto de Pesquisa/CNPQ. Impactos dos projetos de manejo de recursos pesqueiros na geração de renda, segurança alimentar e equidade de gênero na pesca artesanal da região do Médio Solimões, Amazonas. Belém, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. O papel das mulheres na governança da pesca e na gestão de recursos pesqueiros na região do rio Japura, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Relatório Técnico. Belém/Tefé, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Relatório Técnico. O papel das mulheres na governança da pesca e na gestão de recursos pesqueiros na região do rio Japura, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Belém, Tefé: UFPA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Relatório final de Pesquisa do CNPQ. Gênero, Pesca e Ambiente: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres pescadoras que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am. Belém, 2017.

ALENCAR, Edna F.; PALHETA, Sandra. P.; SOUSA, Isabel S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. *In: AQUIESTAMOS NÓS: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal.* Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v.1, p. 40-51.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

ALENCAR, Edna F. Questões de Gênero em Projetos de Manejo de Recursos Pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *In: Leitão, M^a. do R. F. (Org.). Pesca Turismo e meio ambiente*. 1ed. Recife: EDUFRPE, 2014, p. 123-143.

ALENCAR, Edna F. Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am). SCHERER, E. (Org.). *In: Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p.21-49.

ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. *In: Em Povos Das Águas: Realidade E Perspectivas Na Amazônia*. L. Furtado, W. Leitão e AF Melo (Org.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993, p.63-81.

ALISSON, Edward H.; ELLIS, Frank. The livelihoods approach and management of small-scale fisheries. *Marine Policy*, v. 25, p. 377–388, 2001.

ALONSO-POBLACIÓN, Enrique. ; NIEHOF, Anke. On the power of a spatial metaphor: Is female to land as male is to sea? *Maritime Studies*, v. 18, p. 249–257, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40152-019-00148-z>

ALONSO-POBLACIÓN, Enrique. ; SIAR, Susana, V. Women’s Participation and Leadership in Fisherfolk Organizations and Collective Action in Fisheries: A review of evidence on enablers, drivers and barriers. *Fao Fish. Aquac. Circ*: Roma, 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ –IDSM. Relatório Protocolos de Manejo dos Recursos Naturais. Manejo de Pirarucus (*Arapaima gigas*) em Lagos de Várzea de Uso Exclusivo de Pescadores Urbanos. Tefé, AM: IDSM, 2011.

BENNETT, Elizabeth. Gender, fisheries and development. *Maritime Policy*, v.29, n.5, p.451–459, 2005.

BRUGERE, Cecile. Mainstreaming gender in transboundary natural resources projects: the experience of the Bay of Bengal. Large Marine Ecosystem (BOBLME) project. *Environmental Development*, v. 11, p. 84–97, 2014.

CASTELLO, Leandro. A Method to Count Pirarucu *Arapaima gigas*: Fishers, Assessment, and Management. *North American Journal of Fisheries Management American Fisheries Society*, v. 24, n.2, p. 379–389, 2004.

DI CIOMMO, Regina C. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 5, n. 1 p. 151-163 jan./jun. 2007.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

ERCILLA, Inés López. LÓPEZ-SAGÁSTEGUI, Raquel. **Las mujeres y el sector pesquero en México.** Data Mares. Interactive Resource, 2018. <https://doi.org/10.13022/M30K9N>

FAO. Promoting gender equality and women's empowerment in fisheries and aquaculture. **Social Policies and Rural Institutions Division and the Fisheries Department**, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i6623e.pdf>>

FAO. **Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication**, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/ssf/guidelines/en>>.

FAO, 2003. **Gender: Key to sustainability and food security. Plan of Action Gender and Development**, 2013. Disponível em: <www.fao.org/News/1997/introG-e.htm>.

FRANGOUEDES, Katia, GERRARD, Siri&KLEIBER, Danika. Situated transformations of women and gender relations in small-scale fisheries and communities in a globalized world. **Maritime Studies**, v.18, p. 241–248, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40152-019-00159-w>.

FURTADO, Lourdes. *Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica.* **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.18 n.1, p. 03-24, 2002.

JENTOFT, Svein. Splitting Hairs: Blue Economy and Blue Justice for small-scale fisheries. **SAMUDRA Report**, n. 83, September. 2020.

GIBSON, Emily Clare. Why are women and children vulnerable to food insecurity, despite eating fish? A study in eastern Indonesia. **GAF: Asian Fisheries Society Laboratory of Marine Biotechnology Institute of Bioscience University Putra Malaysia**, 2020. Disponível em: <<https://www.genderaquafish.org/2020/05/04/why-are-women-and-children-vulnerable-to-food-insecurity-despite-eating-fish-a-study-in-eastern-indonesia/>>.

KLEIBER, D., HARRIS, Leila M., VINCENT, Armand C.J., Gender and small-scale fisheries: a case for counting women and beyond. **Fish Fish**, v.16, p. 547–562, 2015.

MANESCHY, M. C, SIQUEIRA, D. e ÁLVARES, M. L. M., Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.3, p.713-737, set./dez.2012.

MANESCHY, Maria Cristina A.; ALENCAR, Edna, NASCIMENTO, Ivete H. Pescadoras em busca de cidadania. In: Álvares, M. L. M., D'Incao, M. A. (Org.). **A Mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

MANYUNGWA, Chikondi. **Women's engagement in and outcomes from small scale fisheries value chains in Malawi: effects of social relations**. *Maritime Studies*, v.18, n.3, p.275-285, Springer Verlag, German, 2020.

MANYUNGWA, Chikondi, HARA, Mafaniso, CHIMATIRO, Sloans K. An investigation of women participation in fish value chains and value chain governance in Malawi: A case of Msaka on Lake Malawi and Kachulu on Lake Chilwa. **Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies**, May, 2017. Disponível em: <<https://www.worldfishcenter.org/sites/default/files/u24/Annex-20-Women-participation-in-fish-value-chains-in-Malawi.pdf>>

MANYUNGWA, Chikondi L.; HARA, Mafaniso, M. & CHIMATIRO, Sloans. K. Women's engagement in and outcomes from small-scale fisheries value chains in Malawi: effects of social relations. **Maritime Studies**, v.18, n. 3, p. 275-285, 2019.

MIRANDA, Géssica. S. **Pescadoras consideradas: O trabalho das mulheres de São Francisco do Bóia em atividade pesqueira**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – ênfase em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará Belém, PA, 2015.

MISK, Roxane, GEE, Jennifer, AGOSTINI, Vera e REGUERA. Diana Fernandez. Recognising the role of women in fisheries: A priority for fisheries sustainability in the 21st century. **SPC Women in Fisheries Information Bulletin**, n. 31, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/about/meetings/sustainable-fisheries-symposium/en/>>.

MONTEIRO, Mário Y. **O pescador: histórias, instrumentos, técnica e folclore**. Manaus: EDUA-UFAM, 2010.

NEIS, Barbara, GERRARD, Siri. POWER, Nicole G. Women and children first: the gendered and generational socio-ecology of smaller-scale fisheries in Newfoundland and Labrador and northern Norway. **Ecology and Society**, v.18, n. 4, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06010-180464>.

NEIS, Barbara, and WILLIAMS, Susan. Women and children first: fishery collapse and women in Newfoundland and Labrador. **Cultural Survival Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 67-71, 1996.

ONU. United Nations Development Programme. **Gender and poverty reduction**, 2012. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/UNDP-in-action/2012/English/UNDP-AnnualReport_ENGLISH.pdf>.

PMP/IDSM-MCTI. Relatório Técnico Anual 2012 do manejo de pirarucu (*Arapaima gigas*) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e em seu entorno. Tefé, AM, 2012.

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

PMP/IDSM-MCTI. Relatório Técnico Anual 2015 do manejo de pirarucu (*Arapaima gigas*) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e em seu entorno. Tefé, AM, 2015.

QUEIROZ, Helder. L. **Natural history and conservation of pirarucu, *Arapaima gigas*, at the Amazonian várzea:** red giants in muddy waters. PhD-Thesis. St. Andrew (UK). University of St. Andrews, 2000.

QUEIROZ, Helder L. & SARDINHA, A.D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus em Mamirauá. *In:* Queiroz, H.L. & Crampton, W. G. R (Eds.). **Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá.** Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/ Ministério de Ciência e Tecnologia /Conselho Nacional de Pesquisa, 1999, p. 108-141.

ROHE, Janne, SCHLÜTER Achim, FERSE Sebastian C.A. A gender lens on women's harvesting activities and interactions with local marine governance in a South Pacific fishing community. **Maritime Studies**, v. 17, n. 2, p.155-62, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Relatório Mamirauá Pibic/Cnpq. Estudo sobre a participação de pescadoras das comunidades Curupira e Nova Jacitara no Manejo de Recursos Pesqueiros desenvolvido pela Associação de Produtores do Setor Caruara, na RDS Mamirauá, AM. Mamirauá, 2016.

SOARES, Sara M. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da várzea-AM.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação e Cultura e Sociedade. Universidade Federal do Amazonas, 2012.

THOMPSON, Paul. Women in the Fishing: The Roots of Power between the Sexes. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge University Press, v. 27, n. 1, p. 3-32, jan. 1985). Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/178632>>.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia.** Belém: Editora da UFPA, 1970.

VIANNA, João P. Manejo dos Recursos Pesqueiros na Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *In:* II Simpósio Nacional de Ciências da Engenharia Ambiental, 1998, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, 1998. 260 p.

WILLIAM, Meryl. Why Look at Fisheries through a Gender Lens? **Development**, n. 51, p. 180-185, 2008. doi:10.1057/dev.2008.2

ZURBA, Melanie, TRIMBLE, Micaela. Youth as the inheritors of collaboration: Crises and factors that influence participation of the next generation in natural resource

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169



management. **Environmental Science & Policy**, v.42, p. 78-87, oct. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.envsci.2014.05.009>.

Recebido em: 07/07/2021 Aprovado em: 25/08/2021
--

Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca – Edna Ferreira Alencar; Isabel Soares de Sousa – p. 139-169

Página 169